

DITADURA CHILE, JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E A LEI DA ANISTIA

Vinícius FRANCO^{1*}

O presente visa analisar a Ditadura Militar no Chile e a Lei da Anistia. Para a realização do trabalho foram desenvolvidas pesquisas doutrinárias em obras nacionais e estrangeiras e jurisprudências da Corte Interamericana de Direitos Humanos e também dos tribunais superiores chilenos. O presidente eleito constitucionalmente em 1970 foi o socialista Salvador Allende com 36,63% dos votos, que teve apoio de uma coalizão que posteriormente viria a ser chamada de Unidade Popular. O governo de Allende colocou em prática o chamado “via chilena para o socialismo” o que iria levar o Chile a virar sociedade socializante de forma tranquila e pacífica, onde o projeto levava empresas estrangeiras para dentro do país o que fez com a economia começasse a se desenvolver, mas ainda havia fortalecimento dos sindicatos que queriam melhores salários e a presença de comunistas e socialistas de vários países, que foram recebidos e sustentados pelo governo. Entretanto tais medidas não foram bem recepcionadas, que desagradou aos militares, os partidos de direito e a parte conservadora da Igreja Católica Apostólica Romana, bem como os Estados Unidos da América do Norte, pois o mundo vivia no ápice da chamada “Guerra Fria”, com luta pela dominação entre socialistas e capitalistas. Por conta disso tudo, os militares começaram a apoiar movimentos de oposição ao governo. O golpe militar teve início em 11 de setembro de 1973, com bombardeio ao Palácio de La Moneda, que era e é o palácio presidencial. Naquele dia o Presidente se recusou a se render e cometeu suicídio. Após o golpe o militar Augusto Pinochet assumiu o governo em 17 de dezembro de 1974, ficando décadas no comando com um governo de direita. Durante esse período de ditadura de Pinochet estima-se que cerca de três mil pessoas foram mortas, mais de 40 mil pessoas foram torturadas e o que forçou milhares de pessoas a se exilar. Além disso cerca de mil e cem pessoas desapareceram até o dias de hoje, o que configura crime permanente devido ao desaparecimento forçado. Em 1988 começa a se pensar numa Justiça de Transição e houve um Plebiscito que questionou a continuação da ditadura de Pinochet e 56% dos chilenos optaram pelo fim do Governo de Pinochet, posteriormente foi marcada as eleições presidenciais em 1989, na qual foi eleito como chefe do Executivo Patricio Aylwin, que assumiu o cargo de presidente em 1990. Quando Patricio Aylwin foi eleito Augusto Pinochet seguiu sua vida política como senador vitalício do Chile, o que constava na Constituição e houve também uma anistia geral. Quando o ditador então senador foi acusado de crimes de violação dos direitos humanos e enriquecimento ilícito no período da ditadura, Pinochet sequer foi julgado. Nunca pode ter sido levado aos tribunais inicialmente pela anistia, depois contestada na Corte IDH e por que ele apresentou, posteriormente, um atestado de debilidade mental o que impediu de ir a julgamento. Em 1998, a Corte Suprema Chilena decidiu que não devia aplicar a lei nos casos de violação de direitos humanos, tal decisão permitiu o avanço das investigações, existem aproximadamente mil casos abertos, 72 deles são relativos a denúncia de tortura. Em 2015, nada menos que 279 pessoas já haviam sido declaradas culpadas e 75 cumpriam pena em prisão. Quase trinta anos após a Ditadura de Pinochet 22 ex-membros da polícia secreta de Pinochet estão no cárcere, pelo sequestro qualificado

^{1*} Acadêmico do 2º ano do curso de Direito do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Colaborador e membro do Grupo de Estudos de Direito Internacional Constitucional - GEDIC. Curriculum Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5537452402486571>> . E-mail: vini-franco@outlook.com

de dois opositores, que tiveram seus nomes incluídos na Operação Colombo, que foi montada para encobrir o desaparecimento de 119 presos políticos. O governo da presidente Bachelet declarou a nulidade da Lei da Anistia, o que faz com que o país enfrentasse seu passado e assim mostrando uma mensagem que tais abusos seriam punidos, como havia ficado determinado no julgamento Almonacid vs. Arellano pela Corte IDH.

Palavras chave: Ditadura. Chile. Golpe. Militar. Anistia e Justiça de Transição.